

**23. RATIFICAÇÃO DA ADENDA AO PROTOCOLO PARA CEDÊNCIA DE PRÉDIO PARA INSTAÇÃO DE ZONA DE CONCENTRAÇÃO E APOIO À POPULAÇÃO, CELEBRADO COM O HOTEL JOÃO PAULO II:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, no sentido de ratificar a celebração da adenda ao protocolo, em anexo, nos termos propostos na minuta apresentada.

## **PROPOSTA**

### **RATIFICAÇÃO DA ADENDA AO PROTOCOLO PARA CEDÊNCIA DE PRÉDIO PARA INSTALAÇÃO DE ZONA DE CONCENTRAÇÃO E APOIO À POPULAÇÃO, CELEBRADO COM O HOTEL JOÃO PAULO II**

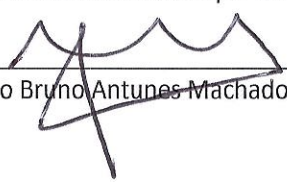
Considerando:

- O teor e a vigência do protocolo em anexo, celebrado a 01 de Outubro de 2020, entre o Município de Braga e o Hotel João Paulo II que prevê a cedência gratuita dos pisos 2 e 3 do Hotel João Paulo II, sito no Santuário do Sameiro, Av. Nossa Sra. do Sameiro, 44, 4715-616 Braga, freguesia de Espinho, concelho de Braga, para instalação de uma Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP);
- Que o Município de Braga instalou, no prédio antes mencionado, uma Unidade Municipal de Retaguarda destinado ao alojamento de pessoas, autónomas ou dependentes, em isolamento profilático e/ou em situação de infeção confirmada de COVID-19 que, face à avaliação clínica, não determina a necessidade de internamento hospitalar, conforme legislação em vigor, e um Alojamento Sanitário, destinado ao alojamento de pessoas com teste COVID positivo, autónomas ou dependentes, em situação de infeção confirmada de COVID-19 que, face à avaliação clínica, não determina a necessidade de internamento hospitalar, conforme legislação em vigor;
- Que a situação sanitária em Braga no âmbito da COVID-19 justifica a manutenção da estrutura aberta, sendo atuais o enquadramento e os motivos que conduziram à celebração do referido Protocolo;
- A importância da promoção de serviços de apoio capazes de dar resposta, de uma forma próxima, qualificada e humanizada, às necessidades e expectativas dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social;
- Que as respostas às necessidades de populações devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;
- A importância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia;
- Que foi a ouvida a Instituição parceira sobre a possibilidade de prorrogação, por mais um mês, do protocolo antes celebrado, estabelecendo o seu término no dia 30 de Junho de 2021, tendo a mesma manifestado a sua concordância.
- O disposto nas alíneas *g)*, *h)* e *j)* do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea *u)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido da ratificação da celebração da adenda ao protocolo, em anexo, nos termos propostos na minuta apresentada.  
Igualmente em anexo, documento da Divisão de Contabilidade relativo à estimativa com as despesas a suportar com a manutenção da unidade.

Braga, 21 de Junho de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

  
Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

**ZCAP – TIPOLOGIA - EQUIPAMENTO MUNICIPAL E ALOJAMENTO SANITÁRIO**

**ADENDA AO PROTOCOLO DE CEDÊNCIA**

Celebra-se a adenda ao acordo assinado a 01 de Outubro de 2020, entre:

**PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, com poderes para o ato.

E

**SEGUNDO: HOTEL JOÃO PAULO II**, com o número de identificação de pessoa coletiva 501498575, com sede no Santuário do Sameiro, Av. Nossa Sra. do Sameiro, 44, 4715-616 Braga,

Que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**Duração do protocolo**

1 – O protocolo de cedência do prédio onde se encontra instalada a ZCAP (*Equipamento Municipal e Alojamento Sanitário*) terá duração até ao dia **30 de Junho de 2021**.

Feita em Braga, em dois exemplares de uma página cada, devidamente assinada, ficando cada outorgante na posse de um exemplar.

Braga, 01 de Junho de 2021.

Pelo Município, o seu Presidente,

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Hotel João Paulo II,

\_\_\_\_\_  
e  
\_\_\_\_\_



*[Handwritten signatures and initials]*

**ZCAP – TIPOLOGIA - EQUIPAMENTO MUNICIPAL DE RETAGUARDA**

**PROTOCOLO DE CEDÊNCIA**

A COVID-19 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde como pandemia, no dia 11 de março de 2020.

Neste seguimento várias medidas têm sido adotadas para conter a expansão da doença.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 10 de setembro veio estabelecer a adoção de medidas mais restritivas do que aquelas que têm vindo a ser tomadas depois do estado de emergência, dada a situação vivida em Portugal após o período de verão/férias, pois por um lado, verifica-se um crescimento de número de novos casos diários de contágio da doença e, por outro, com o início do ano letivo escolar prevê-se um aumento de pessoas em circulação.

Neste enquadramento, a alínea c) do artigo 23.º da referida RCM preconiza a *“Colocação em prontidão de equipamento de âmbito municipal ou outro, para eventual necessidade de alojamento de pessoas em isolamento profilático ou em situação de infeção confirmada da doença COVID-19 que, face à avaliação clínica, não determine a necessidade de internamento hospitalar”*.

A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Direção-Geral da Saúde definiram um conjunto de procedimentos para a instalação destes equipamentos que denominam de **Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP)**.

Ora,





**Considerando que** o Município não dispõe de espaços com as características adequadas para a instalação destas ZCAP.

**Considerando a** disponibilização por parte da instituição Hotel João Paulo II de um espaço para o efeito.

**Considerando a** importância da disponibilização deste espaço, já que permitirá criar as condições necessárias à instalação de um Alojamento de Emergência,

Considerando que o objetivo de promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nas áreas da saúde e Proteção civil, se enquadram **no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º do Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**

Celebra-se o presente acordo, entre:

**PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, doravante designado simplesmente por **MUNICÍPIO**,

**SEGUNDO: HOTEL JOÃO PAULO II**, com o número de identificação de pessoa coletiva 501498575, com sede no Santuário do Sameiro, Av. Nossa Sra. do Sameiro 44, 4715-616 Braga,

Que se regerá pelas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**



Handwritten signature and initials.

### Objecto

1. O presente contrato tem por objeto a cedência ao MUNICÍPIO DE BRAGA da utilização do piso 2 e 3 do Hotel João Paulo II, sito no Santuário do Sameiro, Av. Nossa Sra. do Sameiro 44, 4715-616 Braga, freguesia de Espinho, concelho de Braga.
2. O MUNICÍPIO utilizará o Edifício para instalação de Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP), não lhe podendo ser dado outro fim, sem autorização da INSTITUIÇÃO.
3. O MUNICÍPIO fica desde já impedido de sublocar, emprestar ou ceder, total ou parcialmente, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa da INSTITUIÇÃO.
4. O MUNICÍPIO deverá manter o Edifício em perfeito estado de conservação e funcionamento, e finda a vigência do presente contrato, deverá entregar à INSTITUIÇÃO o Edifício em bom estado de conservação.

### CLÁUSULA SEGUNDA

#### Fim

1. O espaço referido tem como finalidade a instalação de um **Equipamento Municipal**, destinado ao alojamento de pessoas, autónomas ou dependentes, em isolamento profilático e/ou em situação de infeção confirmada de COVID-19 que, face à avaliação clínica, não determina a necessidade de internamento hospitalar, conforme legislação em vigor, e de um **Alojamento Sanitário**, destinado ao alojamento de pessoas c/ teste COVID positivo, autónomas ou dependentes, em situação de infeção confirmada de COVID-19 que, face à avaliação clínica, não determina a necessidade de internamento hospitalar, conforme legislação em vigor



**BRAGA**  
Município

DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO - DIVISÃO SERVIÇOS JURÍDICOS E  
CONTENCIOSO

1. A iniciativa de instalação e a coordenação do funcionamento destes espaços é do **Município**.
2. O MUNICÍPIO, obriga-se a seguir as regras instituídas pela DGS, sobre os espaços em causa, designadamente as Guidelines «ZCAP COVID\_19 Orientações para a instalação e gestão técnica de Zonas de Concentração e Apoio à População no âmbito do COVID\_19».

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

#### **Gratuidade da cedência**

A cedência não importa o pagamento de quaisquer contrapartidas financeiras à INSTITUIÇÃO pela cedência do espaço.

### **CLÁUSULA QUARTA**

#### **Duração, alteração e denúncia do protocolo**

- 1 - O presente protocolo terá a duração de **seis meses**, podendo ser renovado por iguais períodos de tempo, se interesses de saúde pública assim o justificarem.
- 2 - Durante a vigência do protocolo poderão ser introduzidas alterações, as quais, efetuadas mediante expresso mútuo acordo e após formalização, passarão a ser parte integrante do protocolo.
- 3 - O presente protocolo poderá ser revogado mediante expresso mútuo acordo ou por qualquer das partes, mediante prévia comunicação escrita, com antecedência de trinta dias.

### **CLÁUSULA QUINTA**

#### **Obrigações do Município**





*[Handwritten initials and signature]*

O MUNICÍPIO responsabiliza-se pelo pagamento das seguintes despesas, atinentes à utilização do Edifício que é objecto deste Protocolo, podendo repartir esses encargos no quadro das parcerias locais de gestão do espaço que vier a estabelecer:

- a. recursos humanos (equipa técnica que inclui um coordenador);
- b. consumos de água, gás e luz;
- c. refeições dos utentes (serviço take away) que fiquem alojados;
- a. serviço de lavandaria da roupa de utentes; e,
- b. limpeza do espaço.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

##### **Parcerias**

A INSTITUIÇÃO autoriza que o MUNICÍPIO estabeleça parcerias locais para a gestão deste espaço, não podendo contudo vir a cedê-lo a terceiros fora dessas parcerias, nem cobrar contrapartidas financeiras pela utilização do mesmo.

#### **CLÁUSULA OITAVA**

##### **Outras obrigações do MUNICÍPIO**

1. O MUNICÍPIO compromete-se a avisar a INSTITUIÇÃO sempre que tenha conhecimento de que algum perigo ou ameaça ao espaço ou que terceiros se arrogam direitos sobre ele.
2. E obriga-se a impedir a ocupação por terceiros de todo ou parte do espaço e responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que a INSTITUIÇÃO vier a sofrer.

#### **CLÁUSULA NONA**

##### **Incumprimento**

1. O incumprimento de qualquer das obrigações constantes do clausulado anterior confere à INSTITUIÇÃO o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação do espaço cedido.





**BRAGA**  
Município

DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO - DIVISÃO SERVIÇOS JURÍDICOS E  
CONTENCIOSO

2. O encerramento ou não utilização das instalações para os fins próprios, sem justificação fundamentada e aceite pela INSTITUIÇÃO confere, também, a esta o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA**

#### **Acompanhamento e monitorização do Protocolo**

1. O acompanhamento e o controlo deste Protocolo será feito pelo MUNICÍPIO, pela Chefe do Gabinete da Presidência, Ana Paula da Cunha Ferreira Portela.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA**

#### **Comunicações**

1. Todas as comunicações entre as PARTES a efetuar ao abrigo do presente Protocolo devem ser efetuadas por escrito, mediante e-mail, para os respetivos endereços eletrónicos a seguir indicados:

[gab.presidencia@cm-braga.pt](mailto:gab.presidencia@cm-braga.pt)

[adm@hoteisbomjesus.pt](mailto:adm@hoteisbomjesus.pt)

2. Quaisquer alterações aos endereços indicados no número anterior apenas se tornarão efetivas após a receção pelas PARTES da respetiva comunicação escrita.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA**

#### **Produção de Efeitos**

O presente Protocolo entra em vigor na data da entrega ao MUNICÍPIO do espaço referido.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA**

#### **Resolução de conflitos**



**BRAGA**  
Município

DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO - DIVISÃO SERVIÇOS JURÍDICOS E  
CONTENCIOSO

As partes comprometem-se a resolver de forma amigável qualquer litígio que possa surgir da execução do presente protocolo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

##### Interpretação

As dúvidas suscitadas pela aplicação das regras do protocolo, bem como as omissões, serão esclarecidas e interpretadas de comum acordo, dentro do princípio geral da boa-fé e na esteira da interpretação mais favorável à prossecução das finalidades expressas.

Feito em Braga, em dois exemplares de sete páginas cada, todas devidamente rubricadas e a última assinada, ficando cada outorgante na posse de um exemplar.

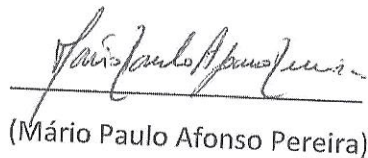
Em 1/10/2020

Pelo Município, o seu Presidente,

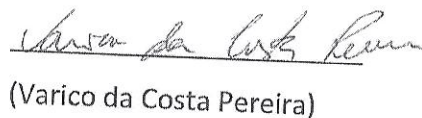


(Ricardo Rio)

Pela Instituição,



(Mário Paulo Afonso Pereira)



(Varico da Costa Pereira)